



ACÓRDÃO Nº357/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11673/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus – Agerman.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Fábio Augusto Alho da Costa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 174/2022-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus - AGEMAN. Exercício de 2020.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Quitação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2020 da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus – Agerman, de responsabilidade do **Sr. Fábio Augusto Alho da Costa**, com fulcro nos arts. 22, III, e 24 da Lei Nº 2.423/96 e Art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM, em virtude da inobservância do inciso V do Art. 37 da Constituição Federal e dos demais termos do relatório/voto;

10.2. Determinar à origem que:

10.2.1 promova concurso público a fim de respeitar a proporcionalidade entre servidores efetivos e comissionados, conforme a fundamentação do relatório/voto, repisando que o descumprimento à determinação desta Corte realizada em caráter pedagógico pode resultar em sanção mais gravosa;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº357/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.2.2 tome, quanto aos incidentes de multas de trânsito envolvendo veículos da AGEMAN, providências para apurar a responsabilidade a fim de evitar prejuízo ao erário municipal;

10.3. Determinar à DICAMM que acompanhe o cumprimento das determinações consignadas nestes autos;

10.4. Dar quitação ao Sr. Fábio Augusto Alho da Costa.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de março de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral